



**DCTA** – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

CONCURSO PÚBLICO

## **004. PROVA OBJETIVA**

**ASSISTENTE EM C&T**  
**ASSISTENTE 1 (RECURSOS HUMANOS)**

CÓD. 006

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito de sua carteira.
- ◆ Após transcorridos 75% do tempo de duração da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

### *Celular vira 'fura-trânsito' em São Paulo*

Em uma cidade com tantos problemas no trânsito como São Paulo, a indústria de apps – os aplicativos para celulares e *tablets* – encontrou terreno fértil para se desenvolver.

Aplicativos lançados recentemente ajudam o motorista a escapar de alagamentos, a desviar de congestionamentos e até a saber onde há vagas para estacionar.

Um dos mais famosos é o Waze. Criado em Israel, é uma mistura de rede social com GPS, em que motoristas compartilham as condições do trânsito e pontos críticos de congestionamento.

Uri Levine, fundador e presidente do Waze, diz que a ideia surgiu em suas férias de 2007, ao viajar com amigos. Ele foi o último a sair, ligou para saber como estava o trânsito e evitou engarrafamentos.

Situação semelhante ocorreu em São Paulo, na temporada de chuvas de 2010. Noel Rocha trabalhava no centro e precisava passar pelo túnel do Anhangabaú – famoso pelos alagamentos.

Preso no trânsito, ele queria saber se o túnel estava fechado. “Tentei, pelo celular, o site do CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências), mas achei muito complicado.” Foi aí que teve a ideia de criar o Alaga SP, aplicativo que mostra os alagamentos ativos em São Paulo a partir de informações da prefeitura.

Além do Waze e do Alaga SP, destacam-se o Moovit – que oferece informações sobre o transporte público (ônibus, trens etc.) –, o Maplink – que mostra rotas, condições de trânsito e exibe imagens dos principais corredores através de um sistema de coleta de informações próprio – e o Apontador Rodoviário, que traça rotas e mostra a localização de pedágios com seus preços.

(André Monteiro, *Folha de S.Paulo*, 10.03.2013. Adaptado)

01. Os aplicativos mencionados no texto têm, em comum, a finalidade de
- (A) oferecer aos usuários opções para contornarem os problemas no trânsito.
  - (B) substituir os órgãos públicos na fiscalização do tráfego de veículos.
  - (C) auxiliar os pedestres e acabar com os atropelamentos nas grandes cidades.
  - (D) orientar os motoristas que desconhecem as principais leis de trânsito.
  - (E) reduzir o número de carros por habitante na cidade de São Paulo.
02. Uri Levine e Noel Rocha idealizaram os aplicativos Waze e Alaga SP, respectivamente, a partir
- (A) da conversa com amigos que reclamavam do trânsito.
  - (B) de suas experiências concretas como motoristas.
  - (C) de situações em que se viram presos em engarrafamentos.
  - (D) da impossibilidade de viajar devido a alagamentos.
  - (E) da cópia de aplicativos idênticos que faziam sucesso no mercado.

03. “Quando paro com meu carro no semáforo, já olho se o caminho que vou fazer está congestionado. Se estiver, pego uma alternativa e, se também estiver travada, uso o aplicativo para avisar os outros motoristas.”

Considerando as descrições dos aplicativos apresentadas no texto, pode-se concluir que esse comentário se refere ao uso do

- (A) Waze.
- (B) Alaga SP.
- (C) Moovit.
- (D) Maplink.
- (E) Apontador Rodoviário.

04. Leia o primeiro parágrafo:

Em uma cidade com tantos problemas no trânsito como São Paulo, a indústria de apps – os aplicativos para celulares e *tablets* – encontrou **terreno fértil** para se desenvolver.

A expressão **terreno fértil** pode ser substituída, sem alteração da mensagem, por

- (A) necessidade restrita.
- (B) cenário conturbado.
- (C) condições propícias.
- (D) ferramentas exóticas.
- (E) momento contraditório.

05. Observe a passagem do terceiro parágrafo:

Criado em Israel, é uma mistura de rede social com GPS, em que motoristas compartilham as condições do trânsito e pontos **críticos** de congestionamento.

O termo **críticos**, em destaque, é empregado com o sentido de

- (A) distintos.
- (B) provisórios.
- (C) sugestivos.
- (D) problemáticos.
- (E) analíticos.

06. A frase do quarto parágrafo – Ele foi o último a sair, ligou para saber como estava o trânsito e evitou engarrafamentos. – está reescrita, sem alteração de sentido, em:

Ele foi o último a sair, ligou para saber como estava o trânsito e,

- (A) assim, evitou engarrafamentos.
- (B) contudo, evitou engarrafamentos.
- (C) embora, evitou engarrafamentos.
- (D) porém, evitou engarrafamentos.
- (E) entretanto, evitou engarrafamentos.

07. Considerando as regras de regência verbal, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna da frase, de acordo com a norma-padrão da língua.

Noel Rocha desejava certificar-se \_\_\_\_\_ que o túnel Anhangabaú não estava interditado.

- (A) a
- (B) em
- (C) sobre
- (D) com
- (E) de

08. Assinale a alternativa em que a frase – O Alaga SP mostra os alagamentos ativos a partir de informações da prefeitura. – está corretamente reescrita, no que se refere às regras de pontuação do português padrão.

- (A) O Alaga SP mostra a partir de informações da prefeitura, os alagamentos ativos.
- (B) O Alaga SP mostra, a partir de informações da prefeitura os alagamentos ativos.
- (C) O Alaga SP a partir de informações da prefeitura, mostra os alagamentos ativos.
- (D) O Alaga SP, a partir de informações da prefeitura mostra os alagamentos ativos.
- (E) A partir de informações da prefeitura, o Alaga SP mostra os alagamentos ativos.

Leia o texto para responder às questões de números 09 a 11.

*Médico alerta que uso de celular ao volante tem risco*

Apesar dos inúmeros benefícios dos aplicativos, especialistas alertam para os riscos de se usar o celular ao volante.

“O motorista precisa de atenção, concentração, respostas motoras rápidas. Equipamentos como o celular prejudicam em muitos fatores”, diz Dirceu Rodrigues Alves Júnior, diretor da Abramet (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego).

Além do perigo, a prática é proibida pelo Código de Trânsito. Usar o celular rende multa de R\$ 85,13 e 4 pontos na carteira de habilitação.

(André Monteiro, *Folha de S.Paulo*, 10.03.2013. Adaptado)

09. Assinale a alternativa que completa corretamente a reescrita do título, a seguir, sem alteração de sentido.

Médico alerta que uso de celular ao volante é

- (A) arrazoado.
- (B) perigoso.
- (C) irrestrito.
- (D) destemido.
- (E) intrigante.

10. A partir das informações do segundo parágrafo, pode-se concluir que o uso do celular provoca, no motorista,

- (A) sonolência.
- (B) distração.
- (C) tédio.
- (D) impaciência.
- (E) irritabilidade.

11. Observe a passagem do último parágrafo:

Além do perigo, a prática é proibida pelo Código de Trânsito. Usar o celular rende multa de R\$ 85,13 e 4 pontos na carteira de habilitação.

Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação condizente com as informações dessa passagem.

- (A) O uso do celular ao volante é infração sujeita a penalidade.
- (B) Ao dirigir, é possível manusear o celular, desde que com cuidado.
- (C) O celular figura como um grande aliado dos motoristas.
- (D) A direção e o uso do celular, simultaneamente, são ações aceitáveis, que requerem cautela.
- (E) O uso do celular ao volante é permitido quando o assunto a ser discutido for importante.

12. Assinale a alternativa que completa a frase com um antônimo para o termo em destaque.

Apesar dos inúmeros **benefícios** dos aplicativos, especialistas alegam que usar o celular ao volante também pode trazer muitos

- (A) debates.
- (B) imprevistos.
- (C) prejuízos.
- (D) efeitos.
- (E) reparos.

13. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Muitos motoristas, em São Paulo, dirige falando ao celular.
- (B) Equipamentos como o celular devem ser evitado por muitos fatores.
- (C) Todos os anos, é aplicado milhares de multas pelo uso do celular ao volante.
- (D) Motoristas em todo o país já tiveram suas habilitações suspensas devido ao uso do celular.
- (E) As multas e os pontos na habilitação são recursos que, de modo geral, reduz o número de infrações.

14. Considere a charge, em que os juros são representados pelo símbolo de porcentagem, numa ponta da gangorra, e a inflação, pelo dragão, na outra ponta.

Para sua interpretação, não é necessário ter conhecimento de economia, basta atentar para a alternância entre juros e inflação sugerida pela gangorra.



(Alves, *Folha de S.Paulo*, 03.04.2013)

A charge sugere que

- (A) os juros baixos contribuem para deixar a inflação alta.
- (B) a inflação alta permite que os juros permaneçam altos.
- (C) os juros baixos são fundamentais para deixar a inflação baixa.
- (D) a inflação deverá permanecer alta se os juros subirem.
- (E) os juros deverão ficar inalterados se a inflação baixar.

Leia o texto para responder às questões de números 15 a 17.

#### *Férias na Ilha do Nanja*

Meus amigos estão fazendo as malas, arrumando as malas nos seus carros, olhando o céu para verem que tempo faz, pensando nas suas estradas – barreiras, pedras soltas, fissuras\* – sem falar em bandidos, milhões de bandidos entre as fissuras, as pedras soltas e as barreiras...

Meus amigos partem para as suas férias, cansados de tanto trabalho; de tanta luta com os motoristas da contramão; enfim, cansados, cansados de serem obrigados a viver numa grande cidade, isto que já está sendo a negação da própria vida.

E eu vou para a Ilha do Nanja.

Eu vou para a Ilha do Nanja para sair daqui. Passarei as férias lá, onde, à beira das lagoas verdes e azuis, o silêncio cresce como um bosque. Nem preciso fechar os olhos: já estou vendo os pescadores com suas barcas de sardinha, e a moça à janela a namorar um moço na outra janela de outra ilha.

(Cecília Meireles, *O que se diz e o que se entende*. Adaptado)

\*fissuras: fendas, rachaduras

15. No primeiro parágrafo, ao descrever a maneira como se preparam para suas férias, a autora mostra que seus amigos estão
- (A) serenos.
  - (B) descuidados.
  - (C) apreensivos.
  - (D) indiferentes.
  - (E) relaxados.

16. De acordo com o texto, pode-se afirmar que, assim como seus amigos, a autora viaja para

- (A) visitar um lugar totalmente desconhecido.
- (B) escapar do lugar em que está.
- (C) reencontrar familiares queridos.
- (D) praticar esportes radicais.
- (E) dedicar-se ao trabalho.

17. Ao descrever a Ilha do Nanja como um lugar onde, “à beira das lagoas verdes e azuis, o silêncio cresce como um bosque” (último parágrafo), a autora sugere que viajará para um lugar

- (A) repulsivo e populoso.
- (B) sombrio e desabitado.
- (C) comercial e movimentado.
- (D) bucólico e sossegado.
- (E) opressivo e agitado.

18. Assinale a alternativa em que o pronome está posicionado em conformidade com a norma-padrão da língua.

- (A) As crianças não dispuseram-se a fazer suas malas.
- (B) Ninguém recusou-se a arrumar as malas no carro.
- (C) Meus amigos dedicaram-se a deixar a casa em ordem.
- (D) Hoje os motoristas nem irritaram-se uns com os outros.
- (E) Nada apresentou-se como um empecilho para a viagem.

19. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Quero ir à esta praia que vi no seu álbum de fotografias; onde fica?
- (B) Os namorados foram à alguma praia do litoral norte de São Paulo.
- (C) Minha família foi à uma cidadezinha no interior de Santa Catarina.
- (D) A moça desejava ir à famosa Ilha de Itamaracá, em Pernambuco.
- (E) Eu quero ir à qualquer lugar de onde possa ver o mar.

20. Considere a tira.



(Angeli, *Folha de S.Paulo*, 30.03.2013)

É correto afirmar que são descritos a partir do mesmo padrão lógico os personagens

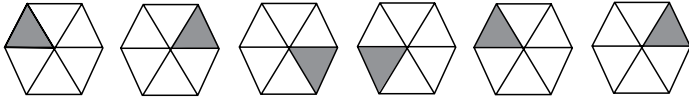
- (A) Tricha, Kid e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir de suas preferências musicais.
- (B) Tricha, Rafa e Kid, pois apenas esses três são caracterizados a partir das atividades que realizam.
- (C) Tricha, Rafa e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir dos lugares que frequentam.
- (D) Rafa, Kid e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir da maneira como se vestem.
- (E) Rafa, Kid e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir de detalhes relativos às suas idades.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

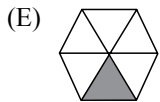
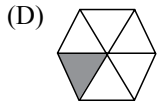
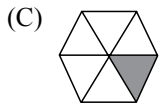
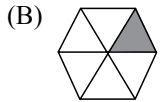
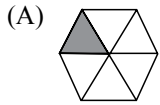
21. Meu carro saiu do conserto hoje, quinta-feira. O mecânico pediu para voltar daqui a 90 dias para fazer uma revisão. Esse dia será em uma
- (A) segunda-feira.
  - (B) terça-feira.
  - (C) quarta-feira.
  - (D) quinta-feira.
  - (E) sexta-feira.
22. Em uma loja, os vendedores estavam conversando sobre a comissão que receberam no mês anterior. Sabe-se que um dos vendedores recebeu uma comissão bem maior que os demais e que
- Ana vendeu menos que Pedro.
  - Pedro e Laura venderam o mesmo valor.
  - Luís vendeu mais que Ana.
  - Bete vendeu menos que Laura.
- Pode-se dizer que quem recebeu a maior comissão foi
- (A) Luís.
  - (B) Bete.
  - (C) Pedro.
  - (D) Laura.
  - (E) Ana.
23. Observe a sequência numérica.
- |   |   |   |   |   |   |   |    |  |  |  |
|---|---|---|---|---|---|---|----|--|--|--|
| 0 | 1 | 2 | 2 | 3 | 5 | 8 | 12 |  |  |  |
|---|---|---|---|---|---|---|----|--|--|--|
- Esta foi composta por uma regra, a partir do 4.º número. Admitindo-se que a regra de formação permaneça a mesma, pode-se afirmar que os três números que completam essa tira são
- (A) 21, 34 e 55.
  - (B) 17, 24 e 32.
  - (C) 17, 23 e 30.
  - (D) 13, 21 e 34.
  - (E) 13, 15 e 18.
24. Rafael é mais baixo que Felipe. André é mais alto do que Felipe. Rafael é mais alto do que Ciro. Logo:
- (A) Rafael é mais alto do que André.
  - (B) Felipe é mais baixo do que Ciro.
  - (C) André é mais baixo do que Rafael.
  - (D) Ciro é mais alto do que André.
  - (E) Felipe é mais alto do que Ciro.

25. Uma empresa oferecia vagas de emprego nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os candidatos pré-selecionados poderiam escolher um ou os dois estados em que tivessem interesse em trabalhar. Sabe-se que 26 pessoas escolheram São Paulo, 12 optaram pelos dois estados e 20 escolheram apenas um dos dois estados. O número de candidatos pré-selecionados foi
- (A) 32.
  - (B) 34.
  - (C) 40.
  - (D) 46.
  - (E) 58.
26. Em uma universidade, os laboratórios de Física, Química, Anatomia e Cenografia são dispostos lado a lado em um único corredor. Sabe-se que o laboratório de Química fica entre os laboratórios de Física e Cenografia. O laboratório de Cenografia fica entre os laboratórios de Física e Anatomia. Com essas informações, pode-se afirmar que o laboratório de
- (A) Anatomia fica entre os laboratórios de Física e Cenografia.
  - (B) Anatomia fica no meio do corredor.
  - (C) Cenografia fica entre os laboratórios de Química e Física.
  - (D) Física é o primeiro ou o último do corredor.
  - (E) Química é o primeiro do corredor.
27. Considere a seguinte afirmação: todos os filhos de Paulo têm mais de 55 quilos. Dessa afirmação, pode-se concluir que
- (A) se Fernando é filho de Paulo, então seu peso é inferior a 55 quilos.
  - (B) se o peso de Laura é menos que 55 quilos, então ela não é filha de Paulo.
  - (C) se o peso de Glória é mais que 55 quilos, então ela é filha de Paulo.
  - (D) Paulo tem mais que 55 quilos.
  - (E) o peso de Paulo é menos que 55 quilos.

28. Analise a sequência apresentada.



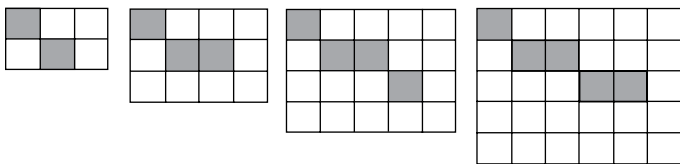
Considerando que a regra de formação das figuras seguintes permaneça a mesma, pode-se afirmar que a figura que ocuparia a 89.<sup>a</sup> posição dessa sequência é



29. Renata, Adriana e Virgínia são três gerações de uma mesma família. Uma delas é cantora, a outra é filósofa, e a mais nova, a neta, é professora. Adriana é a mais nova. Renata é a mais velha e não é cantora. Logo,

- (A) Renata é professora.
- (B) Virgínia é avó.
- (C) Renata é cantora.
- (D) Adriana é mãe.
- (E) Virgínia é cantora.

30. Observe a sequência de figuras.



1.<sup>a</sup> figura      2.<sup>a</sup> figura      3.<sup>a</sup> figura      4.<sup>a</sup> figura

Considere que a regra de formação das figuras seguintes permaneça a mesma. Pode-se afirmar que o número de quadrados brancos da 10.<sup>a</sup> figura será

- (A) 100.
- (B) 109.
- (C) 112.
- (D) 121.
- (E) 144.

## LEGISLAÇÃO

31. Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, segundo a Lei n.º 8.112/90, é a definição de
- (A) função pública.
  - (B) carreira.
  - (C) cargo público.
  - (D) serviço público.
  - (E) provimento.
32. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas, das vagas oferecidas no concurso, a Lei n.º 8.112/90 estabelece que serão reservadas até
- (A) cinco por cento das vagas.
  - (B) dez por cento das vagas.
  - (C) vinte por cento das vagas.
  - (D) trinta por cento das vagas.
  - (E) trinta e cinco por cento das vagas.
33. Assinale a alternativa correta a respeito da posse e do exercício do servidor público no regime jurídico da Lei n.º 8.112/90.
- (A) É vedada a posse por meio de procuração.
  - (B) O servidor entra em exercício no cargo no momento da edição do ato de provimento.
  - (C) O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de parcial dedicação ao serviço.
  - (D) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.
  - (E) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de cinco anos.
34. Conforme dispõe expressamente a Lei n.º 8.112/90, o retorno à atividade de servidor aposentado denomina-se
- (A) reversão.
  - (B) readaptação.
  - (C) desaposentação.
  - (D) reintegração.
  - (E) recondução.
35. Em uma repartição pública federal, servidor público que tenha o seu cônjuge sob sua chefia imediata, segundo o disposto na Lei n.º 8.112/90, caracterizará uma relação funcional
- (A) proibida por lei.
  - (B) permitida legalmente.
  - (C) permitida legalmente apenas se os cargos de ambos forem cargos em comissão.
  - (D) proibida por lei apenas se um dos cargos for cargo em comissão.
  - (E) permitida legalmente apenas se os cargos de ambos forem estatutários.
36. Conforme a Lei n.º 8.112/90, a exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-ão, entre outros casos,
- (A) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
  - (B) a juízo da autoridade competente.
  - (C) quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
  - (D) por pedido de demissão do próprio servidor.
  - (E) por pena aplicada em sindicância administrativa.
37. Licurgo, servidor público federal efetivo, foi condenado judicialmente em obrigação de reparar dano causado à Administração Pública por decisão da qual não mais cabe recurso. No entanto, antes de essa obrigação ser satisfeita, Licurgo veio a falecer. Nessa situação, portanto, a teor do que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, é correto dizer que
- (A) a obrigação de reparar o dano foi extinta por decorrência da morte de Licurgo.
  - (B) a Administração Pública terá a possibilidade de cobrar a quantia devida por Licurgo somente na hipótese de ele ter saldo de salários a receber do ente público.
  - (C) os herdeiros são responsáveis pelo débito de Licurgo, devendo responder com seus bens pessoais até o limite total da dívida do falecido.
  - (D) a dívida de Licurgo será quitada integralmente pelo seguro obrigatório a que tem direito todo e qualquer servidor público regido pela Lei n.º 8.112/90.
  - (E) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores de Licurgo e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

38. Ateneu dos Santos, servidor público federal efetivo, foi legalmente convocado pela autoridade competente da Administração Pública para submeter-se à inspeção médica obrigatória. Contudo, Ateneu recusa-se, injustificadamente, a cumprir essa determinação. Nesse caso, pelos termos do que dispõe a Lei n.º 8.112/90, Ateneu
- (A) deverá ser dispensado da inspeção médica, uma vez que nenhum servidor pode ser obrigado a submeter-se à inspeção médica.
  - (B) poderá ser punido com a demissão a bem do serviço público por descumprir ordem superior.
  - (C) ficará sujeito à pena de advertência verbal e, se mesmo assim não cumprir com a ordem legal, deverá ser exonerado do seu cargo público.
  - (D) será punido com suspensão de até quinze dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
  - (E) será compulsoriamente afastado do cargo pelo seu superior hierárquico por tempo indeterminado, sem vencimentos, até que concorde em atender à convocação.
39. Pelo que estabelece a Lei n.º 8.112/90, considerando que não se operou a prescrição, a servidor já aposentado, que praticou, na atividade, falta punível com a demissão,
- (A) não mais poderá ser punido em razão de já estar na inatividade do serviço público.
  - (B) poderá ter cassada sua aposentadoria.
  - (C) sofrerá a pena de reversão.
  - (D) será reintegrado ao serviço público e, em seguida, será demitido.
  - (E) responderá criminalmente por fraude na aposentadoria.
40. No que tange à ação disciplinar regida pela Lei n.º 8.112/90, a regra legal é que o prazo de prescrição começa a correr da data
- (A) da citação do acusado.
  - (B) da abertura do respectivo processo administrativo.
  - (C) da portaria que instaurou o respectivo processo administrativo.
  - (D) em que o fato se tornou conhecido.
  - (E) do cometimento do ato delituoso.
41. Com relação aos dispositivos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
- (A) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
  - (B) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável por duas vezes.
  - (C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
  - (D) Somente por ato infralegal é que poderá ser criada autarquia.
  - (E) Cabe à lei ordinária definir as áreas de atuação de fundação pública.
42. A Constituição Federal de 1988 possui regramento específico a respeito da acumulação de cargos públicos. Partindo do pressuposto de existir compatibilidade de horários, e sendo respeitado o limite da remuneração em tais cargos trazido pelo artigo 37, XI da própria Constituição, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível acumular até três cargos de professor.
  - (B) Admite-se a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de engenharia, com profissões regulamentadas.
  - (C) Admite-se a acumulação de dois cargos de professor com outros dois técnicos ou científicos.
  - (D) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
  - (E) A Constituição Federal não admite a acumulação de cargos públicos.
43. Segundo a Constituição da República, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:
- (A) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, permanecerá exercendo o seu cargo, emprego ou função.
  - (B) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe obrigatório receber a remuneração de Prefeito.
  - (C) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
  - (D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
  - (E) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores não serão reconhecidos como se no exercício estivesse.

44. Segundo expressamente previsto pelo texto constitucional, os atos de improbidade administrativa importarão a
- (A) indisponibilidade dos bens.
  - (B) perda definitiva dos direitos políticos.
  - (C) extradição do brasileiro naturalizado.
  - (D) perda da nacionalidade.
  - (E) retenção do passaporte do acusado.
45. Segundo o artigo 40 da Constituição Federal, os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios serão aposentados de acordo com alguns critérios. Assinale a alternativa correta.
- (A) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
  - (B) A lei poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
  - (C) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, não se aplica o regime geral de previdência social.
  - (D) O regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo não observará os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.
  - (E) Não é assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários.
46. Assinale o ato normativo que instituiu a chamada contribuição dos servidores inativos e pensionistas ao custeio do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos efetivos da União:
- (A) Lei n.º 9.784, de 1999.
  - (B) Lei n.º 8.112, de 1990.
  - (C) Lei n.º 8.691, de 1993.
  - (D) Emenda Constitucional n.º 20, de 1998.
  - (E) Emenda Constitucional n.º 41, de 2003.
47. Segundo dita a Constituição Federal, o servidor público estável só perderá o cargo
- (A) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - (B) quando houver indiciamento formal por autoridade policial.
  - (C) por decisão judicial condenatória recorrível.
  - (D) quando o Ministério Público instaurar inquérito civil em seu desfavor.
  - (E) por manifestação formal do Conselho de Servidores Públicos.
48. Assinale uma das inovações trazidas pela Emenda Constitucional n.º 20 no Ordenamento Jurídico.
- (A) Instituiu a idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada.
  - (B) Previu a aposentadoria especial no regime geral de previdência social para os portadores de deficiência física.
  - (C) Passou a exigir o critério de baixa renda do segurado do regime geral de previdência para a concessão do auxílio reclusão.
  - (D) Extinguiu o benefício previdenciário salário-família dos benefícios do regime geral de previdência social.
  - (E) Alterou a idade para a aposentadoria dos trabalhadores rurais no regime geral de previdência social.
49. A respeito dos requisitos exigidos pela Lei n.º 8.112/90 para a investidura em cargo público, assinale a alternativa correta.
- (A) A apresentação de certidão negativa de dívida ativa.
  - (B) Gozo dos direitos políticos.
  - (C) Não possuir maus antecedentes criminais.
  - (D) Não possuir filiação partidária.
  - (E) Ser maior de 21 anos.
50. Conforme expressamente previsto na Lei n.º 8.112/90, a demissão é a penalidade prevista ao servidor público no caso de
- (A) insubordinação leve em serviço.
  - (B) probidade no cargo público.
  - (C) diligência na aplicação dos recursos públicos.
  - (D) inassiduidade habitual.
  - (E) filiação partidária em partido político rival ao do Chefe do Poder Executivo.
51. Segundo a Lei n.º 8.112/90, a pena de suspensão ao servidor público não pode exceder o prazo de
- (A) 30 dias.
  - (B) 60 dias.
  - (C) 90 dias.
  - (D) 120 dias.
  - (E) 180 dias.

52. Com relação à previsão de revisão do processo disciplinar previsto na Lei n.º 8.112/90, assinale a alternativa correta.
- (A) No processo revisional, o ônus da prova cabe à autoridade sindicante.
  - (B) No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.
  - (C) O processo disciplinar não poderá ser revisto de ofício.
  - (D) Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, somente o Ministério Público poderá requerer a revisão do processo.
  - (E) O processo disciplinar não poderá ser revisto se passados mais de 05 anos do seu término.
53. Ao regulamentar a forma, o tempo e o lugar dos atos do processo administrativo, a Lei n.º 9.784/99 estabelece que
- (A) a regra é que os atos do processo devem ser realizados na forma oral.
  - (B) o reconhecimento de firma de todos os documentos é sempre exigido.
  - (C) o órgão administrativo não poderá fazer a autenticação de documentos exigidos em cópia.
  - (D) não há previsão de realização de atos do processo administrativo fora do horário normal de funcionamento da repartição no qual tramitar o processo.
  - (E) os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.
54. A Lei n.º 8.691/93 dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais. O Plano de Carreiras de que trata essa lei tem a seguinte composição:
- (A) Carreira de Apoio ao Ensino; Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e Carreira de Fomento à Ciência.
  - (B) Carreira de Formação de Pesquisadores; Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e Carreira de Livre Iniciação Científica.
  - (C) Carreira de Avaliador Institucional; Carreira de Tecnologista e Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia.
  - (D) Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia; Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-estrutura em Ciência e Tecnologia.
  - (E) Carreira de Professor Pesquisador Senior; Carreira de Gestor Técnico-Científico e Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia.
55. Segundo previsão expressa da Lei n.º 8.691/93, são pré-requisitos para ingresso e progressão nas classes do cargo de Pesquisador Associado da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia:
- (A) ter realizado pesquisa durante, pelo menos, três anos, após a obtenção do título de Doutor.
  - (B) ser livre docente em Universidade Federal em território brasileiro.
  - (C) ter ocupado o cargo de examinador em concursos públicos de nível superior.
  - (D) possuir pesquisa patrocinada pelo governo federal, estadual, municipal ou distrital.
  - (E) ter realizado pesquisa de forma independente em sua área de atuação, demonstrada por publicações de circulação estadual.
56. A Lei n.º 9.784/99 enumera algumas hipóteses de impedimentos e de suspeição para servidores e autoridades que atuam em processo administrativo. Assim, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que
- (A) já tiver atuado em casos similares àquele apurado no processo administrativo.
  - (B) for réu em processo judicial de natureza cível.
  - (C) ocupar função de confiança ou cargo comissionado.
  - (D) não seja bacharel em curso de Direito ou que não tenha formação jurídica.
  - (E) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
57. Assinale a alternativa correta a respeito das previsões da Lei n.º 9.784/99 ao tratar dos recursos administrativos e sua respectiva revisão.
- (A) Têm legitimidade para interpor recurso administrativo as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
  - (B) Não se admite a juntada de documentos pelo recorrente na interposição do recurso administrativo.
  - (C) Salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para interposição de recurso administrativo.
  - (D) salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo.
  - (E) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que não poderá alterá-la.

**58.** Em se tratando do tema da competência nos processos administrativos, assinale a alternativa que expõe previsão expressa da Lei n.º 9.784/99.

- (A) Pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- (B) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- (C) O ato de delegação é irrevogável.
- (D) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.
- (E) Não se admite a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

**59.** Assinale a alternativa correta a respeito da previsão da Lei n.º 9.784/99 a respeito da intimação dos atos dos processos administrativos.

- (A) A intimação observará a antecedência mínima de um dia útil quanto à data de comparecimento.
- (B) A intimação do interessado somente pode ser efetuada por telegrama.
- (C) O comparecimento do administrado não supre a falta ou irregularidade de uma intimação que não observa as prescrições legais.
- (D) O desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos.
- (E) A intimação deverá conter informação da continuidade do processo, independentemente do seu comparecimento.

**60.** Em se tratando de anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei n.º 9.784/99.

- (A) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade.
- (B) A Administração pode anular os atos administrativos por motivo de conveniência e oportunidade.
- (C) A comprovada má-fé faz afastar o prazo decadencial para a Administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
- (D) O prazo decadencial para a Administração anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 10 anos.
- (E) A Administração não poderá anular seus atos administrativos.